

PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA COMO FERRAMENTA INCLUSIVA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Recebido em: 29/03/2022

Aprovado em: 04/08/2022

Licença: 

Daniella Dutra Sousa¹

Rayanne Rodrigues de Freitas²

Flaviane Lopes Siquera Salles³

Daniel Poubel Matos da Silva⁴

José Francisco Chicon⁵

Maria das Graças Carvalho Silva de Sá⁶

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Vitória – ES – Brasil

RESUMO: Este artigo objetiva mapear as produções científicas veiculadas em periódicos da área de Educação Física, cujas temáticas envolvam as Práticas Corporais de Aventura (PCAs) como ferramenta inclusiva para pessoas com deficiência. O levantamento foi realizado por meio de análise de textos publicados em revistas, cuja classificação Webqualis/Capes variava de B2 a B4. Os dados revelaram um número reduzido de pesquisas publicadas envolvendo as PCAs e pessoas com deficiência. Ainda assim, pôde-se constatar que a deficiência não restringe esses indivíduos para vivenciar as PCAs, que se constituem em uma ferramenta potente na redução de preconceitos, superação de barreiras e desenvolvimento pleno das pessoas com deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Educação física. Inclusão. Práticas corporais de aventura.

¹ Graduada em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo Universidade Federal do Espírito Santo – UFES NEPEFI – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação Física e Inclusão.

² Graduada em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo Universidade Federal do Espírito Santo – UFES NEPEFI – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação Física e Inclusão.

³ Mestrado em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo. Doutoranda em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo. Universidade Federal do Espírito Santo – UFES NEPEFI – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação Física e Inclusão.

⁴ Graduado em Educação Física pelo Centro Universitário São Camilo. Mestrando em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo Universidade Federal do Espírito Santo – UFES NEPEFI – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação Física e Inclusão.

⁵ Pós-graduação em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo. LAEFA – Laboratório de Educação Física Adaptada Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

⁶ Pós-doutorado em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. NEPEFI – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação Física e Inclusão. Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

ADVENTURE BODY PRACTICES AS AN INCLUSIVE TOOL FOR PEOPLE WITH DISABILITIES

ABSTRACT: This paper aims at mapping the scientific productions conveyed to the Physical Education journals, which issues involve the Adventure Body Practices (ABPs) as an inclusive tool for those with disabilities. The survey was carried out through the analysis of texts published in magazines in which the Webqualis/Capes classification varied from B2 to B4. Data revealed a reduced number of published researches involving the ABPs and the handicapped people. Even so, it is possible to determine that deficiency does not restrict those people to experience the ABPs, which are constituted into a powerful tool regarding the reduction of bias, the overcoming barriers and the full development of disabled people.

KEYWORDS: Physical education. Inclusion. Adventure body practices.

Introdução

As Práticas Corporais de Aventura (PCAs) surgiram na década de 60 e se desenvolveram nos anos 70, crescendo consideravelmente quando o homem passou a buscar maior interação com o meio ambiente, procurando se afastar da preocupação, correria e estresse que assolam a sociedade atual, advindos da industrialização, desenvolvimento e avanços tecnológicos. Em relação às nomenclaturas, Bungenstab *et al.* (2017, p. 30) apontam:

[...] diversas são as nomenclaturas dadas a essas práticas. Dias, Melo e Alves Junior (2007) referem-se a 'esporte na natureza', Betrán e Betrán (2006) usam o termo 'atividade física de aventura na natureza'. Já Marinho (2004) chegou a utilizar o termo 'atividades na natureza'. Vale ressaltar, contudo, que as diversas nomenclaturas concordam que essas práticas sempre ocorrem em ambientes naturais (sejam eles terrestres, aquáticos ou aéreos) cujos objetivos se diferenciam daqueles atrelados aos esportes tradicionais.

Essas práticas corporais vêm se difundindo em diversos campos do conhecimento, sobretudo na área do lazer, pela sensação de riscos reais e imaginários que proporcionam ao praticante, devido às suas características básicas, como risco controlado, proeza, imprevisibilidade, conquista da liberdade e qualidade de vida. Assim, as PCAs se tornam uma opção de lazer para diferentes grupos da sociedade, incluindo as pessoas com deficiência, desde que observadas as condições de segurança e adequação dos materiais, uma vez que essas práticas atuam como estímulo para o

enfrentamento das tensões da vida cotidiana (CARVALHO, 2005; CANTORANI, 2013).

Bungenstab *et al.* (2017) classificam as PCAs assinalando, como elemento comum, o equilíbrio, por considerá-lo essencial para os indivíduos manterem posturas e posições. Sendo assim, a classificação das PCAs não se reduz somente ao ambiente, uma vez que existem outros elementos que as caracterizam. Essa divisão se dá pelo ambiente em que as modalidades são realizadas — terra, ar ou água — e pelas práticas que requerem o equilíbrio como elemento-base. A classificação utilizada neste estudo está sintetizada no quadro abaixo:

Quadro 1: Classificação das práticas corporais de aventura

	Modalidades	Práticas que possuem o equilíbrio como elemento fundante
Modalidades praticadas em terra	Caving; corrida de aventura; corrida de orientação; arvorismo; escalada; <i>mountain bike</i> ; <i>parkour</i> ; <i>skate</i> ; <i>treking</i>	Mountain bike Parkour Skate
Modalidades praticadas no ar	Asa delta; balonismo; bungee jump; paragliding; paraquedismo; tirolesa; slackline; falsa-baiana	Slackline Falsa-baiana
Modalidades praticadas na água	Canoagem; mergulho; surfe; stand up poddie; rafting; windsurfe	Surfe Stand up poddie Windsurfe

Fonte: Bungenstab *et al.* (2017, p. 34).

Como observado, os autores classificam as PCAs em três modalidades, realizadas na terra, no ar e na água. As modalidades praticadas em terra compõem-se das seguintes práticas: caving, corrida de aventura, corrida de orientação, arvorismo, escalada, mountain bike, parkour, skate e treking. Dentre elas, mountain bike, parkour e skate têm o equilíbrio como elemento fundante. As modalidades praticadas no ar se constituem em asa delta, balonismo, bungee jump, paragliding, paraquedismo, tirolesa, slackline e falsa-baiana. Dessas, somente slackline e falsa-baiana exigem o equilíbrio como elemento crucial. Por último, as modalidades praticadas na água são canoagem,

mergulho, surfe, stand up poddie, rafting, windsurfe, requerendo equilíbrio como integrante fundante apenas o surfe, o stand up poddie e o windsurfe.

Para caracterizá-las, Bungenstab *et al.* (2017) apontam vertigem, risco, perícias, proezas, imprevisibilidade e um ambiente desafiador. Portanto, é preciso ter um olhar atento, principalmente em se tratando do ambiente escolar, para proporcionar ao praticante condições de segurança de forma a não restringir o acesso dos estudantes a diferentes emoções, sensações e à ampliação de seu acervo cultural e de movimentos. Podemos observar que todas essas atividades apresentam um ambiente desafiador e imprevisível.

Entretanto, esse risco nas PCAs pode ser calculado e controlado, permitindo aos seus praticantes desenvolver habilidades, como o surgimento de força, fator importante para testar seus limites. Essa possibilidade de ganho se estende também ao trabalho dessas práticas no contexto escolar, possibilitando abordar elementos que enfatizam os aspectos históricos dos esportes e da formação humana, oportunizando trabalhar questões que ensinem aos estudantes a lidar com frustrações nos esportes e no dia a dia por meio da exposição de temas, como segurança, confiança, cooperação, respeito ao próximo e superação de limites (SILVA *et al.*, 2019).

Para Guedes e Bungenstab (2019), o acesso às PCAs em geral ocorre em ambientes não escolares, em momentos de lazer. No entanto, há uma parte da população que não dispõe dos meios necessários para desfrutar dessas práticas, por isso é importante a possibilidade de inserção delas na escola, até porque são unidades temáticas estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), propondo, como eixo de experimentação, as vertentes: a) urbana, ao explorar a "paisagem de cimento", gerando condições de vertigem e risco controlado durante sua prática, como parkour, skate, bike etc.; e b) natural, possibilitando a experimentação de ambientes

variados, como as corridas de aventuras, mountain bike, rapel, tirolesa, arborismo, entre outros.

Embora essas práticas tenham sido popularizadas há décadas, desde o seu surgimento, as experiências com pessoas com deficiência são raras, apesar do interesse desse público e dos benefícios evidenciados, como “[...] a reabilitação física, psicológica e social, melhoria geral da aptidão física, grandes ganhos de independência e autoconfiança para a realização de atividades da vida diária, além de uma melhora do autoconceito e da autoestima dos praticantes” (CARDOSO *et al.*, 2003, p. 51).

De acordo com Costa (2000), a introdução de indivíduos com deficiência nas PCAs é um fator crucial para a redução de preconceitos, superação de barreiras e obstáculos, tornando-se uma forma de unir pessoas. No entanto, os autores reconhecem que a inclusão social nessas práticas tem sido um desafio, especialmente em se tratando de pessoas com deficiência.

Ao trabalhar as PCAs com estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física, muitas instituições escolares apresentam uma resistência, devido aos possíveis riscos, no entanto é preciso sustentar a necessidade de buscar os riscos imaginários e não somente os riscos reais, sempre procurando adaptá-los às condições físicas e emocionais dos alunos.

Dessa forma, as PCAs podem ser consideradas uma atividade de perspectiva inclusiva, pois “[...] contribuem para os processos de formação e inserção dos alunos na cultura de movimento, expressão da juventude local e do momento histórico” (ZORZAL, 2014, p. 11). Para a autora, muitos jovens buscam vivenciar essas práticas em ambientes fora dos espaços educativos, tendo em vista que elas não são trabalhadas com tanta frequência no âmbito escolar. Assim, as pessoas com deficiência se deparam com ambientes com poucas ou nenhuma condição de vivenciar tais práticas.

Pensando nisso, surge uma nova reorganização social inclusiva, possibilitando “[...] que os jovens e adultos com deficiência possam usufruir dos mesmos espaços e direitos que todos, uma vez que a sociedade busca acolher as potencialidades desses indivíduos, dando-lhes oportunidades de acesso aos contextos sociais” (ZORZAL, 2014, p. 11). Contudo, essa reorganização não deve se limitar somente a espaços físicos. Também é necessário trazer o foco para as questões sociais, pois é preciso existir uma equidade de oportunidades, de modo a garantir a participação de todos.

Ainda de acordo com a autora, as PCAs contribuem para o desenvolvimento da autonomia, ao trabalhar com as tomadas de decisões nas situações vividas durante essa experiência. Além disso, a autora reconhece os indivíduos com deficiência como “Sujeitos com potencialidades e capazes de compartilhar e adquirir conhecimentos com as experiências vividas em seu cotidiano pessoal e social” (SASSAKI, 2006 *apud* ZORZAL, 2014, p. 14).

Sendo assim, trabalhar as PCAs com pessoas com deficiência, em contextos de aulas de Educação Física, possibilita aos estudantes enfrentar seus medos, superar limites, elevar a autoestima, melhorar a autonomia e a autoconfiança, além de ampliar o repertório motor, proporcionando uma melhor qualidade de vida aos indivíduos. Partindo desse pressuposto, corroboramos o pensamento de Carvalho (2005, p. 29-30), quando alerta que a abordagem das PCAs deve ser “[...] feita de forma mais adequada possível, visando explorar as potencialidades de cada indivíduo e respeitando suas necessidade e limitações”.

Dito isso, observamos a necessidade de produção de novos estudos sobre esse tema a fim de estimular os professores da Educação Física escolar a experimentar a oferta de diversas práticas corporais a todos os estudantes, inclusive aos alunos com deficiência. Para tanto, urge a necessidade de reorganização dos ambientes educacionais

para não somente acolher, como também promover o desenvolvimento pleno desses indivíduos (CHICON; SÁ, 2012).

Nessa direção, pretendemos com este estudo problematizar sobre o que vem sendo produzido no campo da Educação Física, em termos de artigos científicos, no que tange à articulação entre PCAs e escola, pensando-as como estratégias para fomentar a inclusão de pessoas com deficiência.

Para tanto, este estudo objetiva mapear e analisar as produções científicas veiculadas em periódicos da área de Educação Física, cujas temáticas envolvam as PCAs como ferramenta inclusiva para pessoas com deficiência, procurando identificar as contribuições dessas práticas ao analisar os objetivos, os sujeitos/tipologias, os campos de atuação e os principais resultados obtidos nos trabalhos selecionados.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, com foco no mapeamento das produções científicas em periódicos nacionais sobre a temática PCAs inclusivas para pessoas com deficiência. Para o levantamento de dados foram selecionadas as revistas da área da Educação Física com classificação Qualis/CAPES de B1 a B5, considerando o quadriênio de 2013 a 2016. Para tanto, foram visitados os sites das revistas que estavam on-line para a seleção dos artigos do estudo.

As revistas visitadas foram selecionadas tomando por base a proximidade do escopo da revista em relação à temática pesquisada. Trabalhamos com os seguintes periódicos: Revista Brasileira de Ciências do Movimento (B2), Revista Brasileira de Ciências do Esporte (B1), Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (B1), Revista da Educação Física (B1), Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer — Licere (B2), Revista Pensar a Prática (B2) e Revista da Associação

Brasileira de Atividade Motora Adaptada — Sobama (B5). Dessa busca, identificamos estudos versando sobre o tema somente nos seguintes periódicos: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer — Licere (B2), Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada — Sobama (B5) e Pensar a Prática (B2).

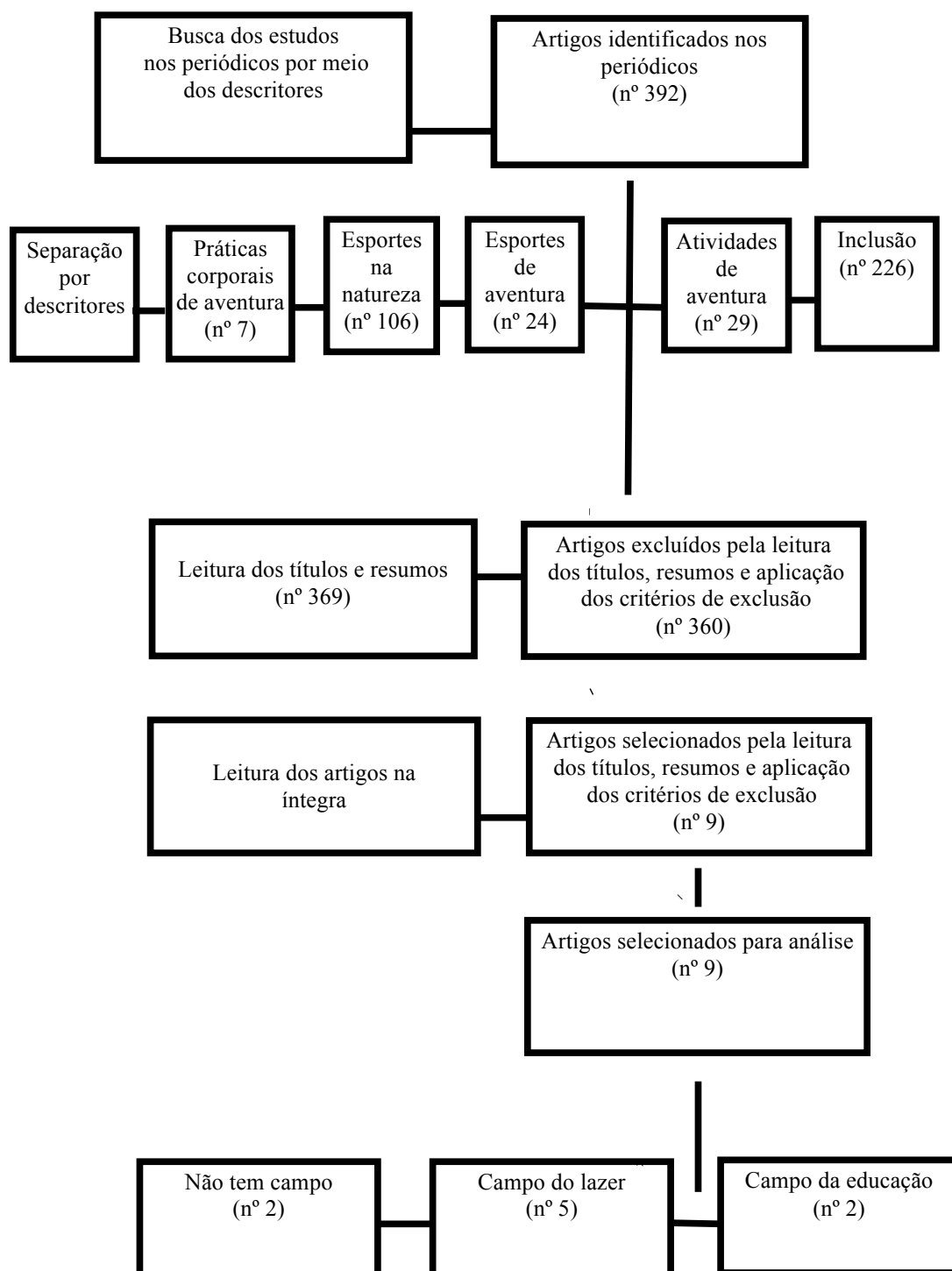
O recorte temporal foi de 20 anos (2001-2020), tomando por base a compreensão de que o movimento de inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular tem se intensificado a partir da década de 90 (CHICON; SÁ, 2012). Para tanto, foi realizada uma visita nos sites das revistas para a seleção dos artigos de estudo, utilizando para a busca os seguintes descritores: “*Práticas corporais de aventura*”, “*Esportes de aventura*”, “*Esporte da natureza*”, “*Atividade de aventura*” e “*Inclusão*”. Ressaltamos que esses descritores foram utilizados nas buscas em suas mais diversas combinações e possibilidades.

Ao pesquisarmos os descritores de forma individual, deparamo-nos com poucos trabalhos produzidos sobre o tema. Em frente a essa situação, realizamos buscas por meio das junções dos descritores, focando naqueles que elegemos para o diálogo principal do estudo, resultando nos seguintes critérios de inclusão: *intervenção no âmbito escolar e no âmbito do lazer; abordagem das PCAs; inclusão de pessoas com deficiência e ser de língua portuguesa*.

A busca inicial, mediante a aplicação dos descritores citados, resultou em um total de 392 artigos. Na sequência, identificamos os artigos duplicados, excluindo 23 deles, restando 369. Na continuidade, realizamos a leitura dos títulos e dos resumos respeitando os critérios de inclusão, momento em que foram excluídos 360 artigos e, assim, selecionados apenas 9.

A seguir, pode ser visualizado um panorama das seleções.

Figura 1: Fluxograma da pesquisa



Fonte: Construção da autora, com base no modelo de Gonçalves *et al.* (2020).

A análise dos nove artigos foi realizada conforme as indicações de Bardin (1977), que apresenta três passos: pré-análise, codificação e categorização. A pré-análise se dá pela leitura dos artigos baixados na íntegra; a codificação se funda nos critérios de

inclusão e exclusão; e, por último, a categorização dos dados delimitados como foco nas possíveis aproximações e/ ou distanciamentos percebidos nas análises sobre os objetivos dos estudos, os sujeitos/tipologias delimitados, os campos de atuação e os principais resultados obtidos nessa experimentação.

No quadro 2, estão registradas as publicações analisadas.

Quadro 2: Panorama das publicações acerca das práticas corporais de aventura na educação física escolar, lazer e inclusão (continua)

REVISTA	ANO	AUTOR	TÍTULO	OBJETIVOS	SUJEITO	CAMPO	RESULTADOS
Sobama	2003	CARDOSO, I. T.; HADDAD, F. H.; OLIVEIRA, M. C. de; OLIVEIRA, M. C. A. de; FRAGA, F. G.; CRUZ, C. F.	Circuito aventura: o esporte ao alcance de todos	Incentivar a participação da pessoa com deficiência em atividades desafiadoras que proporcionem prazer, interação social, autossuperação e valorização da autoestima Promover uma reflexão, por parte da sociedade, para compreender que as desvantagens podem ser superadas com conhecimento, criatividade e força de vontade	Pessoas com deficiência	Lazer	Com a realização regular do circuito aventura e de outros eventos promovidos por esta parceria, esperamos que a comunidade passe a reconhecer a pessoa com deficiência como um cidadão participante e atuante na sociedade, além de possuir potencialidades a serem desenvolvidas
Sobama	2005	MUNSTER, M. A.; ALMEIDA, J. J. G.	Esportes na natureza e deficiência visual: uma abordagem pedagógica	Discutir a pedagogia dos Esportes na Natureza e os principais aspectos envolvidos em sua prática Analisar a contribuição dos Esportes na Natureza em um programa de Atividade Motora para pessoas com deficiência visual	A amostra envolvida neste estudo foi composta por um grupo de 11 pessoas com cegueira ou baixa visão, na faixa etária entre 14 e 52 anos	Educação	O estudo demonstrou que, quando oferecido de forma sistematizada, planejada e elaborada, o esporte corrobora tanto para o desenvolvimento pessoal, quanto para significativas transformações sociais

Pensar a Prática	2008	VENDITTI JÚNIOR, R.; ARAÚJO, P. F. de	Trilhas ecológicas com orientação para pessoas surdas	Promover estratégias metodológicas para as pessoas portadoras de surdez praticar modalidades esportivas em meio ambiente “natural” Compreender a adequação dessas atividades de lazer e contribuir na construção de bagagens motoras diversificadas e contextualizadas com as necessidades desse público	Deficiência auditiva — pessoa surda	Lazer	Práticas físicas regulares e contato com a natureza muito restritos aos surdos; utilização da comunicação de sinais para resolução de tarefas motoras pelo grupo Intensificação das relações interpessoais e oportunidades de convívio social reforçando a inclusão e participação sociocultural, dentre elas, o acesso ao lazer e ao ecoturismo
------------------	------	---------------------------------------	---	---	-------------------------------------	-------	---

Fonte: Construção dos autores (2021).

Quadro 2: Panorama das publicações acerca das práticas corporais de aventura na educação física escolar, lazer e inclusão (continuação)

REVISTA	ANO	AUTOR	TÍTULO	OBJETIVOS	SUJEITO	CAMPO	RESULTADOS
Sobama	2012	CHAVES, R.; ANJOS, J.; SOUZA, J. V.	Slackline, buscando equilíbrio em meio à “escuridão”	Descrever a experiência da inserção de uma aluna com deficiência visual de 14 anos na prática dessa modalidade	Propõe a prática do slackline por pessoas que possuem deficiência visual	Educação	O estudo demonstrou que a prática de slackline pelo participante possibilitou a aquisição de um novo repertório motor, proporcionando melhora no equilíbrio e força da pessoa com deficiência visual A participação em uma atividade física que atualmente tem sido muito praticada
Sobama	2012	VENDITTI JÚNIOR, R.	O ambiente natural como agente facilitador do desenvolvimento sensorial e	Buscar compreensões sobre o deficiente visual e a atividade motora adaptada em ambiente natural	Realizado com pessoas com deficiência visual, com dez sujeitos na faixa etária entre 16 e 35 anos de ambos os sexos, autônomos e sem restrições médicas rigorosas, patológicas	Lazer	A pesquisa demonstrou a possibilidade de viabilização e elaboração da trilha ecológica para pessoas com deficiência visual como prática física, pela adequação de instrumentos e técnicas, de programas metodológicos para a capacitação motora e o desenvolvimento sensorial e perceptivo no reconhecimento e exploração do meio ambiente, além de enfatizar a necessidade

			motor para pessoas com deficiência visual		ou terapêuticas		de reflexão e reestruturação da formação profissional e capacitação acadêmica para o preparo dos professores que atuarão com esse público
Licere	2014	CANTORAN I, J. R. H.	Lazer nas atividades de aventura na natureza e qualidade de vida para pessoas com deficiência: um estudo a partir do caso da cidade de Socorro/SP	Compreender o significado da acessibilidade às atividades de aventura na natureza para a vida das pessoas com deficiência e, em consequência, para a qualidade de vida	Nove participantes com paralisia total dos membros inferiores; paraplegia a nível T3; paraplegia a nível T2; baixa visão; paraparesia nos membros inferiores; paraplegia a nível T3/T4 nanismo; e distonia muscular	Lazer	Os dados mostram que o município obteve um crescimento bastante significativo a partir do seu envolvimento e investimento nas atividades de aventura adaptadas. Os dados também indicam que é grande o número de pessoas com deficiência que buscam por essas atividades de lazer. Mostram ainda que o acesso a esse tipo de atividade resulta em aspectos significativamente positivos para a vida e para a qualidade de vida das pessoas com deficiência

Quadro 2: Panorama das publicações acerca das práticas corporais de aventura na educação física escolar, lazer e inclusão (conclusão)

REVISTA	ANO	AUTOR	TÍTULO	OBJETIVOS	SUJEITO	CAMPO	RESULTADOS
Licere	2019	SILVA, D. P.; SILVA, P. R. P. de F; SOUZA, J. V. de; COTES, M.	Atividade física de aventura na natureza para pessoas com deficiência	Mapear a produção científica em periódicos nacionais da área de Educação Física avaliados entre A1 e B2 pela WebQualis (2016), além da Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada (B5), relacionados com a prática de atividades físicas de aventura na natureza para pessoas com deficiência (PCD)	Pessoas com deficiência — motora, auditiva e visual		Os dados do estudo sugerem, pelas iniciativas relatadas, um número inexpressivo de pesquisas publicadas envolvendo PCD na prática de atividade física de aventura na natureza (Afan). Ao mesmo tempo, ficou evidenciado que a deficiência não é um impedimento à sua prática, além de apontar que trilhas na natureza são de baixo custo operacional por não necessitar da aquisição de equipamentos elaborados para sua prática

Licere	2020	PAULA, G. S.; GODOY, A. W. de; PIMENTEL, G. G. de A.; CALEGARI, D. R.	Revisão sistemática das estratégias metodológicas utilizadas para adaptação da prática de esportes de aventura e da natureza para pessoas com deficiência	Sistematizar o estado da arte sobre estratégias metodológicas utilizadas para adaptação da prática de esportes de aventura e da natureza com PCD Identificar em qual ambiente podemos encontrar mais atividades adaptadas para os esportes de aventura	Pessoas com deficiência: visual, física e múltiplas deficiências		<p>Acreditamos que o baixo número de referências encontrado, além de poder ser considerado uma limitação do estudo, também pode servir de estímulo para que sejam desenvolvidas novas pesquisas que abordem esportes de aventura adaptados para pessoas com deficiências</p> <p>Em relação ao estado da arte, recomendamos investimento em estudos de adaptação de esportes de aventura na natureza para ambiente aquático e aéreo</p>
SOBAMA	2015	SOUZA, J. V. de; CHAVES, R. de S.	O surfe adaptado para pessoas com deficiência visual: uma “onda” de sensações	Elaborar estratégias de ensino na iniciação do surfe para pessoas com deficiência visual Proporcionar a prática do surfe e oferecer como atividade física às pessoas com deficiência visual, adaptando os equipamentos utilizados no surfe, quando necessário	Desenvolvido com uma adolescente com deficiência visual	Lazer	<p>O surfe adaptado é possível de ser desenvolvido por meio de um olhar inclusivo em que se acredita nas possibilidades da pessoa com deficiência visual e como isso pode ser feito por meio de adaptações no ambiente, em materiais ou estratégias de ensino, de forma que possibilite uma “onda” de sensações</p>

Fonte: Construção dos autores (2021).

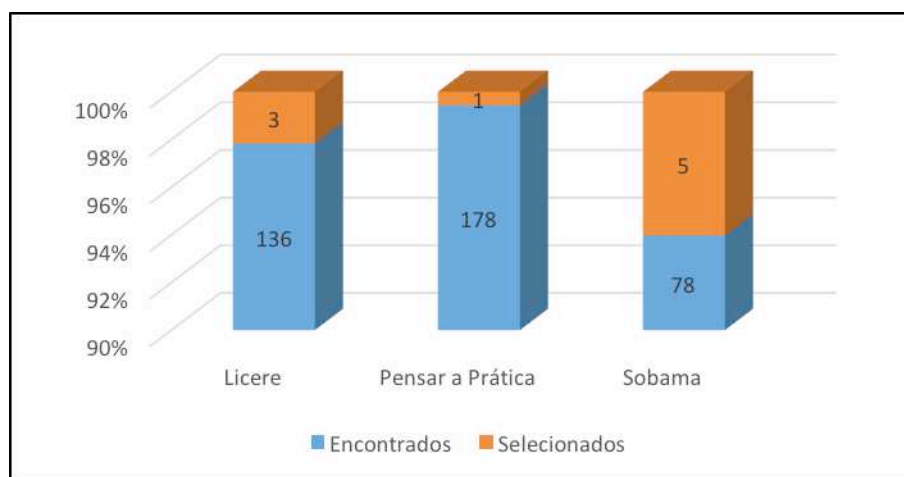
Resultados e Discussões

Após a seleção dos textos, foi possível analisar a produção científica sobre as práticas corporais de aventura como ferramenta inclusiva para pessoas com deficiência. Inicialmente, analisamos o panorama das publicações pela base de dados.

A revista *Pensar a Prática* resultou em maior número de publicações, com um total de 178, no entanto foi a plataforma que teve menos artigos selecionados após a análise. Em seguida, na revista *Licere*, deparamo-nos com 136 artigos, mas apenas três foram selecionados para a revisão. A revista *Sobama* teve um menor acervo com 78 trabalhos encontrados, porém foi a base com o maior percentual de artigos selecionados, alcançando cinco publicações. Acreditamos que a maior incidência de artigos selecionados na revista *Sobama* se justifica pelo escopo de esse periódico ser voltado para estudos vinculados à temática deficiência.

O Gráfico 1 exibe com mais clareza a quantidade de artigos encontrados e selecionados em cada revista.

Gráfico 1: Panorama das publicações por revistas

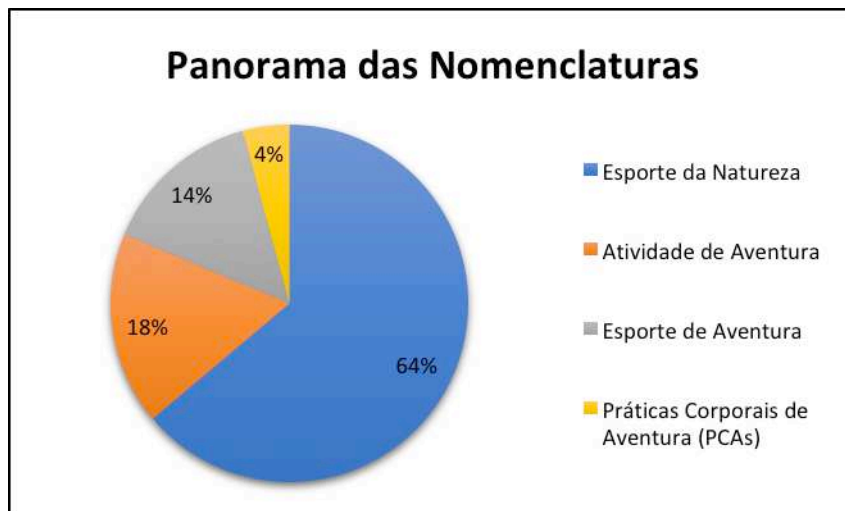


Fonte: Construção dos autores.

No Gráfico 2, relativo às nomenclaturas, foi possível constatar uma maior recorrência (64%) do termo Esporte da Natureza com 106 artigos, seguido por

Atividade de Aventura com 29 estudos (18%), Esporte de Aventura com 24 trabalhos (14%) e, por fim, Práticas Corporais de Aventura (PCAs) com um total de 7 artigos (4%).

Gráfico 2: Panorama das publicações por revistas



Fonte: Construção dos autores.

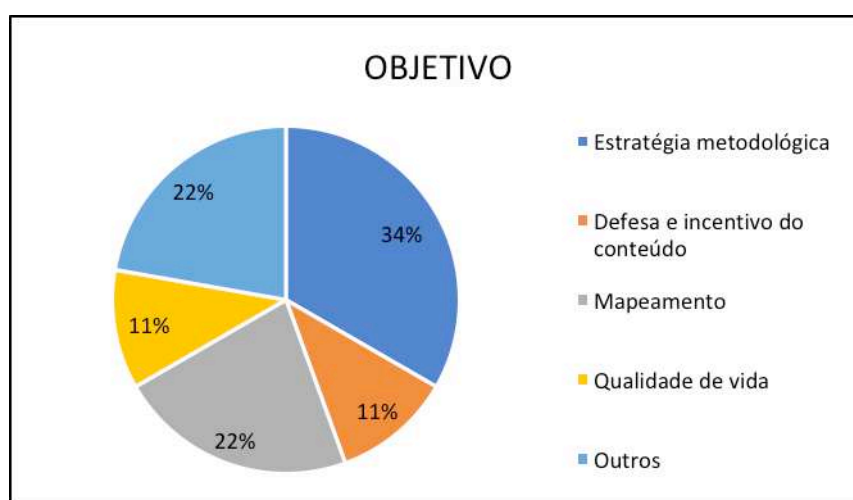
Ao analisar esse panorama, é possível observar que a recorrência das nomenclaturas Esportes da Natureza e Atividade de Aventura se dá pelo fato de essas terminologias serem mais antigas. Quanto às PCAs, entendemos que o menor percentual é devido a essa terminologia ser tratada mais no ambiente escolar. Ao observar a Figura 1, percebemos que a quantidade de estudos voltados para o âmbito da escola é escassa.

A seguir, foi realizada uma análise mais profunda dos estudos, em busca de situar melhor as categorias centrais elencadas, a saber: os objetivos dos estudos; os sujeitos/tipologias delimitados; os campos de atuação; e os principais resultados obtidos na experimentação das PCAs pelas pessoas com deficiência.

Objetivo

No que tange à análise sobre os objetivos delimitados nos textos investigados, no Gráfico 3, constatamos que 34% (3) dos textos são voltados para a abordagem de uma estratégia metodológica, 22% (2) analisam uma unidade temática específica para uma tipologia (Outros), 22% (2) referem-se ao mapeamento, 11% (1) apresentam defesa e incentivo do conteúdo e os últimos 11% (1) discutem sobre qualidade de vida.

Gráfico 3: Recorrência do objetivo



Fonte: Construção dos autores.

Sendo assim, é possível analisar que os objetivos mais recorrentes estão voltados para a construção de estratégias metodológicas, mapeamento de publicações sobre o tema e estudos em que há uma unidade temática específica para uma tipologia (Outros). Essa recorrência aponta que as PCAs, como ferramenta inclusiva, constituem-se em uma perspectiva emergente, corroborando o que pensam Silva *et al.* (2019) ao se reportarem à escassez de experiências dessas práticas com pessoas com deficiência.

Nesse sentido, os estudos buscam saber o que vem sendo produzido sobre o tema e procuram enfatizar a defesa do conteúdo como perspectiva inclusiva, no entanto a produção é incipiente e rasa, não havendo um acúmulo de conhecimento por parte dos

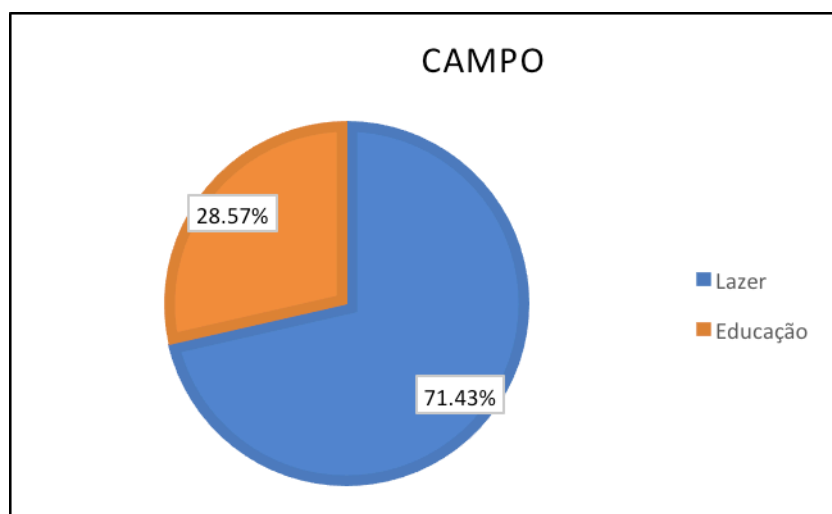
autores. Sendo assim, fazem-se necessárias pesquisas e produção de conteúdo sobre o assunto abordado.

Campo

No que concerne ao campo analisado, lazer e educação, é possível observar que os textos são predominantemente da área do lazer e não pensados como conteúdo da escola. Isso se deve, principalmente, ao fato de a abordagem dessa temática na BNCC ser recente, como afirmam Tavares, Garcia e Rodrigues (2019, p. 189): “[...] a temática específica da BNCC e as suas relações com a Educação Física ainda constitui assunto pouco abordado na produção acadêmica do campo”. Posto isso, faz-se necessária a realização de estudos mais voltados para o trato do conteúdo práticas corporais de aventura no contexto escolar.

Vale ressaltar que 100% da amostra representa sete textos, pois os outros dois são textos de revisão sistemática. Identificamos que 71,43% (5) estão relacionados com o campo do lazer e 28,57% (2) com o campo da educação.

Gráfico 4: Recorrência do campo

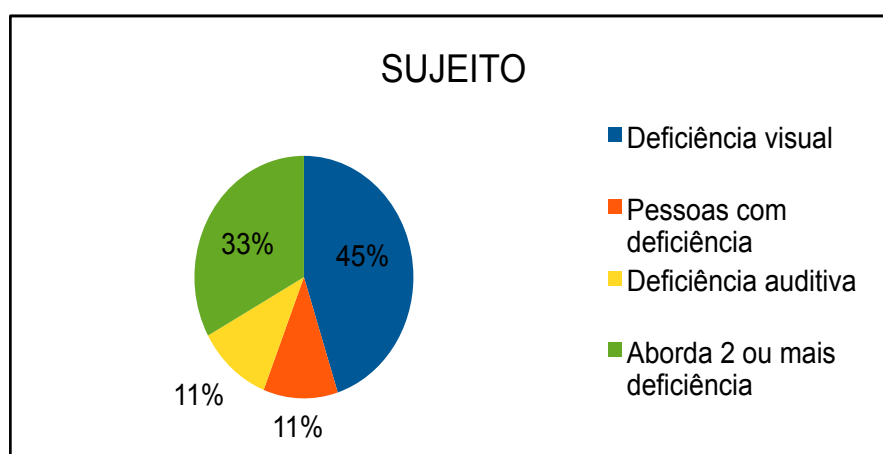


Fonte: Construção dos autores.

Sujeitos

A partir dos dados do Quadro 2, no que concerne à categoria analisada (sujeito), foi confeccionado um gráfico para melhor avaliar sua recorrência. Constatamos que 45% (4) dos textos estão voltados para deficiência visual, 33% (3) abordam duas ou mais deficiência, 11% (1) referem-se à deficiência auditiva e os outros 11% (1) assinalam pessoas com deficiência, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 5: Recorrência do sujeito



Fonte: Construção dos autores.

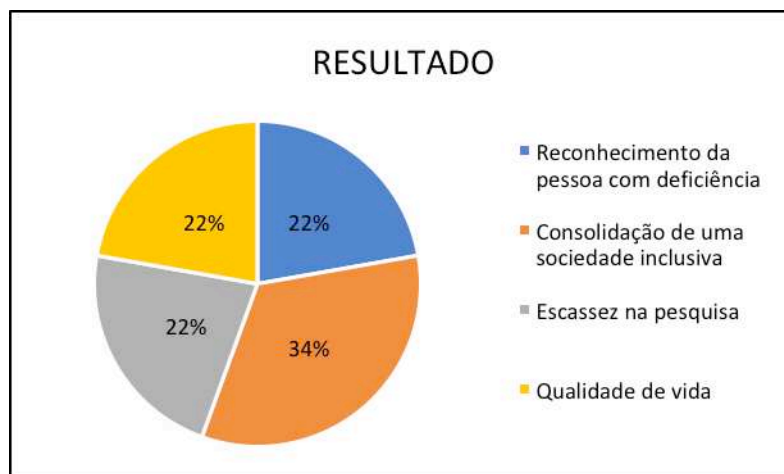
Com base nos dados, é possível observar que há um acúmulo de produções em relação aos sujeitos com deficiência visual, no entanto os estudos não vinculam as práticas corporais de aventura a uma tipologia específica. Entendemos que essa prática pode ser adaptada e utilizada para pessoas com outras deficiências.

Resultados

No que tange aos resultados analisados nos estudos, conforme o Gráfico 6, constatamos que 34% (3) dos textos são voltados para a consolidação de uma sociedade inclusiva, 22% (2) abordam o reconhecimento das pessoas com deficiência, outros 22% (2) representam a escassez na pesquisa e os últimos 22% (2) discutem sobre qualidade

de vida. Isso se deve ao fato de as PCAs proporcionarem redução de preconceitos, união de indivíduos e também evidenciar as características individuais, como abordam Costa (2000) e Munster (2004), contribuindo, assim, para o reconhecimento das pessoas com deficiência.

Gráfico 6: Recorrência dos resultados



Fonte: Construção dos autores.

Conforme já discutido, de modo a contribuir com a qualidade de vida, as PCAs trazem benefícios, como ampliação do acervo cultural e de movimentos, além de propiciar melhoria da aptidão e reabilitação física e proporcionar independência e confiança aos praticantes, como assegura Cardoso (2011).

Pensando na escassez de trabalhos publicados sobre o conteúdo, fazem-se necessários novos projetos e pesquisas que discutam o tema, *PCAs como ferramenta inclusiva para pessoas com deficiência*, de forma que os professores de Educação Física repensem suas aulas de modo a inserir tal assunto, uma vez que as PCAs são uma realidade nos dias atuais e estão presentes na BNCC.

Conclusão

O esforço por mapear e analisar as produções científicas veiculadas em periódicos da área de Educação Física que problematizam a utilização das PCAs como ferramenta inclusiva para pessoas com deficiência revelou a potência dessa prática corporal para o desenvolvimento pleno desse público, a redução de preconceitos, superação de barreiras, promoção social, entre outros benefícios.

A grande maioria dos textos analisados destacou, como aspecto diferencial das PCAs, o fato de que, mesmo sendo uma prática individual, há laços de solidariedade, há possibilidade de se conhecer e respeitar seu próprio tempo. Esse é um fator crucial para os indivíduos, principalmente, os com deficiência. No entanto, apesar desses ganhos, constatamos a necessidade de mais estudos com esse caráter, visto que as PCAs vêm sendo pouco difundidas, principalmente ao considerar pessoas com deficiência e em ambiente escolar.

Por outro lado, os documentos norteadores oficiais já vêm reconhecendo a importância da oferta desse componente curricular para o ensino da Educação Física nas diversas etapas da educação básica, o que acreditamos ser de grande valia, pois, quanto mais ampla for a experiência da cultura corporal que os estudantes acumularem ao longo do processo de escolarização, melhor será para o seu desenvolvimento corporal, cultural e social.

Assim, é de extrema importância que os cursos, tanto de formação inicial quanto de formação continuada, e a produção acadêmica reconheçam a potência desse conteúdo, de forma a estimular os professores a experimentar, conhecer e quebrar essa algema que a Educação Física ainda carrega ao pensar somente no bloco dos esportes tradicionais, mesmo possuindo uma cultura corporal de movimento rica e práticas

corporais de aventura que oferecem uma gama de possibilidades a serem conhecidas, experimentadas e apropriadas para as diferentes realidades.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. v. 2.

BUNGENSTAB, G. C *et al.* Educação física no ensino médio: possibilidades de ensino das práticas corporais (de aventura). **Corpoconsciência**, v. 21, n. 3 p. 29-40, set./dez. 2017.

CANTORANI, J. R. H. **Lazer nas atividades de aventura na natureza e qualidade de vida para pessoas com deficiência: um estudo a partir do caso da cidade de Socorro-SP**. 2013. Tese (Doutorado em Educação Física) — Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.

CANTORANI, J. R. H. Lazer nas atividades de aventura na natureza e qualidade de vida para pessoas com deficiência: um estudo a partir do caso da cidade de socorro, **Licere**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, mar. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/634>. Acesso em: 20 mar. 2021.

CARDOSO, V. D. A reabilitação de pessoas com deficiência através do desporto adaptado. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Florianópolis, v. 33, n. 2 p. 529-539, abr./jun. 2011.

CARDOSO, I. T. *et al.* Circuito aventura: o esporte de aventura ao alcance de todos. **Revista da Sobama**, Santo André, v. 8, n. 1, p. 50-65, dez. 2003.

CARVALHO, A. J. S. **Esporte na natureza: estratégias de ensino do canionismo para pessoas com deficiência visual**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação Física) — Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CHAVES, R.; ANJOS, J.; SOUZA, J. V. Slackline: buscando equilíbrio em meio à “escuridão”. **Revista da Sobama**, Ilhéus, v. 13, n. 2, p. 72, dez. 2012.

CHICON, J. F; SÁ, M. G. C. S. **Educação física, adaptação e inclusão**. Vitória, ES: Universidade Federal do Espírito Santo, Núcleo de Educação Aberta e a Distância, 2012.

COSTA, V. B. Inclusão social nos esportes de aventura na natureza: vivências e experiências de um pesquisador deficiente visual. **Efdeportes.com**, 2009. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd136/experiencias-de-um-investigador-deficiente-visual.htm>. Acesso em: 13 nov. 2020.

COSTA, V. L. M. **Esportes de aventura e risco na montanha**: um mergulho no imaginário. São Paulo: Manole, 2000. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Esportes_de_Aventura_E_Risco_Na_Montanha.html?id=hxdpY4h9QcAC&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q=risco%20controlado&f=false. Acesso em: 25 nov. 2020.

GUEDES, D. G. S; BUNGENSTAB, G. C. Slackline: desafios e possibilidades no ambiente escolar. **Corpoconsciência**, v. 23, n. 1 p. 48-57, jan./abr. 2019.

MUNSTER, M. A. V. **Esportes na natureza e deficiência visual**: uma abordagem pedagógica. 2004. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.

MUNSTER, M. A. V; ALMEIDA, J. J. G. Esportes na natureza e deficiência visual: uma abordagem pedagógica. **Revista da Sobama**. Campinas, v. 10, n. 1, p. 161-165, dez. 2005.

PAULA, G. S. *et al.* Revisão sistemática das estratégias metodológicas utilizadas para adaptação da prática de esportes de aventura e da natureza para pessoas com deficiência. **Licere**: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Belo Horizonte, v. 23, n. 4, p. 72-86, dez. 2020.

SASSAKI, R. K. **Inclusão/Construindo uma sociedade para todos**. 2 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SILVA, D. P. *et al.* Atividade física de aventura na natureza para pessoas com deficiência. **Licere**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 268-296, jun. 2019.

SOUZA, J. V.; CHAVES, R. S. O surf adaptado para pessoas com deficiência visual: uma “onda” de sensações. **Revista da Sobama**, Presidente Prudente, v. 11, n. 1, p. 13-18, jan./dez. 2015.

TAVARES, R. N.; GARCIA, L. T.; RODRIGUES, A. T. Base Nacional Comum Curricular e Educação Física: análise de tendências e lacunas da produção acadêmica no Brasil. **Revista de Educação**, Niterói, v. 6, n. 11, p. 185-207, jul./dez. 2019.

VENDITTI JÚNIOR, R.; ARAUJO, P. F. Trilhas ecológicas com orientação para pessoas surdas. **Pensar a Prática**, Campinas, v. 11, n. 3, p. 269-280, set./dez. 2008.

VENDITTI JÚNIOR, R. O ambiente natural como agente facilitador do desenvolvimento sensorial e motor para pessoas com deficiência visual. **Revista da Sobama**, Marília, v. 13, n. 2, p. 49-56, jul./dez. 2012.

ZORZAL, T. D. **As contribuições das práticas corporais da juventude na formação integral de jovens e adultos com deficiência**: a experiência do Laefa/Cefd/Ufes. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Educação Física) — Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2014.

Endereço dos(as) Autores(as):

Daniella Dutra Sousa
E-mail: daniellads.edf@gmail.com

Rayanne Rodrigues de Freitas
E-mail: rayanne_defreitas@yahoo.com

Flaviane Lopes Siqueira Salles
Email: flsalles25@gmail.com

Daniel Poubel Matos da Silva
E-mail: poubel.dan@gmail.com

José Francisco Chicon
E-mail: chiconjf@yahoo.com.br

Maria das Graças Carvalho Silva de Sá
E-mail: mgracasilvasa@gmail.com